

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

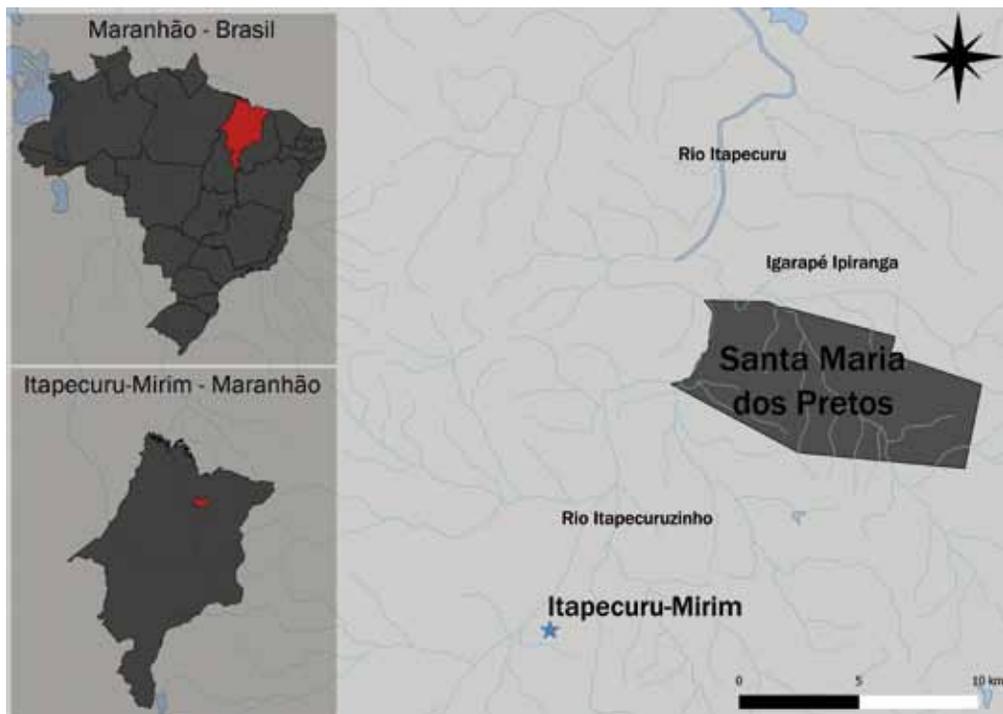
O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Santa Maria dos Pretos

O Quilombo Santa Maria dos Pretos está localizado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão. O quilombo é formado por 5 povoados: Santa Maria dos Pretos, Piqui, Santa Joana, Morros e Mandioca. **Com uma tradição de consciência sobre seu direito ao território ancestral e de resistência frente às sucessivas invasões e apropriações indevidas os quilombolas desses povoados reuniram-se para reivindicação da titulação de suas terras em 2003.** Obtiveram o certificado de autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2004. Em 2014 tiveram 607,5252 hectares titulados em nome da Comunidade Quilombola.



A formação do quilombo, à margens do Rio Itapecuru, começou na década de 1830, 50 anos antes da abolição formal da escravatura, quando a fazendeira Maria Rita Gomes Belfort transferiu, em testamento, parte de suas terras e equipamentos aos escravizados e seus descendentes, Ponciano de Souza Gomes, Julião e outros 81 negros.

Mais de 170 anos depois, passadas várias gerações, muita luta para permanecer na terra e resistir aos invasores que insistem em querer se apropriar de seu território, os descendentes de Ponciano e Julião têm o mesmo entendimento do que se passou na década de 1830. Nos dias de hoje, tal como no passado, os quilombolas dizem que seus antepassados receberam as terras como uma compensação pelo uso de sua mão de obra escravizada, não como uma doação ou um ato de bondade da antiga proprietária. “Nós tínhamos a consciência de que nossos antepassados eram escravos, pois os mais idosos da segunda idade [os moradores atuais representam a quarta idade] contavam que eram crianças quando seus pais ficavam na senzala”, conta o Sr. Francisco Conceição, uma liderança quilombola mais conhecido como Diomar.

“Eles eram conscientes que formavam um quilombo, só não tinham conhecimento dessa linguagem. Sempre defenderam a comunidade, em 1937 e 1942 mataram pessoas pela certeza de que as terras eram deles. E dela para os dias de hoje ainda houve outros conflitos. Eles enfatizavam que a terra não foi doada, a ‘doadora’ pagou a mão de obra escrava com as terras. Só que a comunidade não conhecia os seus direitos nem sua identidade.” (Sr. Francisco Conceição)

A memória da comunidade sobre a ocupação do território recua, assim, ao início do século 19, sendo a consciência dessa antiguidade uma referência da união necessária para a preservação das terras onde têm vivido. O fortalecimento dos laços entre si vem se dando ao longo de décadas de convivência, trabalho, preservação e adaptação dos costumes aprendidos com seus ancestrais e pela estima ao lugar onde vivem.

A região de Santa Maria dos Pretos é povoada por muitos seres com quem convivem os quilombolas filhos do



Novas gerações de quilombolas em Santa Maria dos Pretos.

Foto: João Correia dos Santos, arquivo pessoal.



Dona Evarista Correia dos Santos, nascida em Santa Maria dos Pretos, completou 100 anos em 2015.

Foto: João Correia dos Santos, arquivo pessoal.

lugar, geração após geração. Para eles, nas matas, nos lagos e nos rios habitam espíritos e outros seres extraordinários como, por exemplo, o Curupira e o Pretinho que protegem os animais das matas e atacam aqueles que lhes fazem mal. Nos lugares e arredores onde os quilombolas realizam a agricultura, o extrativismo, a caça e a pesca, essas entidades podem amedrontar, e até mesmo *encantar*, os passantes e trabalhadores descuidados. Ali estão os caminhos e as veredas que aproximam os moradores e que fazem a vida fluir, com a dinâmica das suas atividades. Nesse território existem lugares sagrados onde celebram rituais de culto aos seus ancestrais. Os cemitérios também são lugares muito especiais, pois são a derradeira morada de parentes e amigos com quem conviveram toda a vida em comunidade.

Saberes e práticas de cuidados entre os quilombolas

As tradições ligadas aos cuidados da saúde no Quilombo Santa Maria dos Pretos são marcadas pelo convívio com uma curadora chamada Sara, que viveu no quilombo no século 19. Ela é lembrada

como uma sábia herdeira de ensinamentos dos ancestrais. Sara ficou conhecida na região como benzedeira e parteira que tinha muito conhecimento sobre ervas medicinais e fazia remédios para variadas enfermidades, usando folhas e cascas de árvores. Mantinha um salão onde tocavam tambores para a realização de rituais sagrados e por causa disso sofreu perseguições. Diz o quilombola Sr. João Correia dos Santos:

“Ah, a Sara foi uma mulher muito sábia, conhecia toda a ciência oculta dos quilombos aqui [...] Estendeu seu conhecimento por todos os territórios. Foi muito perseguida por causa das brincadeiras, por causa do tambor. Porque naquela época não podia, né? Os negros eram perseguidos porque os brancos não queriam saber de tambor.”

Sara transmitiu boa parte de seu saber a outros quilombolas e esses conhecimentos transmitidos são utilizados atualmente por outros benzedeiros e benzedieras, que tratam da saúde da comunidade com uso de ervas, cascas e folhas de árvores. Muitos benzedeiros costumam rezar com o apoio e a proteção de entidades espirituais de matriz afro-brasileira.

Os tratamentos mais buscados são para cura de ferimentos, picadas de cobras, quebranto, inflamações, infecções, pressão alta, reumatismo, gripe e dores em geral. Mais recentemente, no início dos anos 2000, o quilombo contou com os conhecimentos de outros benzedeiros, como os citados: Lucas Evangelista da Silva Conceição, Felício Mendes e Henrique dos Santos.

Os saberes terapêuticos a base de ervas, folhas, cascas e paus é tão importante e difundido entre os quilombos da região de Itapecuru-Mirim que o Sr. João Batista Souza Pereira, pai de santo mestre de um terreiro de mina em de Santa Joana foi convidado a participar em 2003 de um seminário promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em São Luís. Na ocasião foram discutidas propostas de retomada e ampliação do uso da medicina fitoterápica nas comunidades quilombolas. Acompanharam o Sr. João Batista neste seminário uma parteira e uma benzedeira. Comentou sobre isso, o Sr. João Batista de Souza Pereira: “Agora [é] que estão desco-

brindo que os pais de santo conhecem ‘todos os matos e paus’ para curar uma pessoa e que todos os remédios fabricados em laboratórios são das matas.”

Muitas gestantes do quilombo Santa Maria dos Pretos foram auxiliadas por uma parteira. No início dos anos 2000, as parteiras mais conhecidas no quilombo eram as senhoras Maria da Conceição Santos, Iolanda Maria Gomes e Maria Catarina Sousa dos Santos, esta ainda em atividade. Quando percebem que pode haver complicações no parto, as parteiras recomendam que a parturiente seja levada ao hospital. Nesses casos, costumam acompanhar a mulher até o hospital oferecendo o amparo e as orientações de que necessita.

Danças, festas e muita empolgação

As danças são muito presentes no quilombo, tanto como divertimento quanto como expressão da religiosidade. As festas religiosas costumam começar com ladainhas e missas. Em seguida acontecem danças do tambor de crioula, do coco e, mais recentemente, o baile, que tem como maior atração o *reggae*.

O tambor de crioula é uma das principais manifestações que dizem ser conhecida desde o tempo da escravidão, quando era brincada (praticada) nas senzalas. Na memória local há uma importante associação desse folguedo com estratégias de fugas de escravizados: “O tambor de crioula servia também para distrair os brancos senhores das fazendas enquanto os escravos fugiam”, conta o Sr. Francisco da Conceição, que faz parte da quarta geração de descendentes dos primeiros quilombolas de Santa Maria dos Pretos. Importante liderança da comunidade o Sr. Francisco, também conhecido como Diomar, foi presidente da associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, ACONERUQ e participa ativamente da luta da comunidade.

“Enquanto os senhores estavam entretidos com os tambores, lá de seus palacetes, os negros estavam fugindo e criando os quilombos.

Os negros de Santa Maria fugiam e faziam contato com os negros de Santa Rosa. Os fazendeiros tentavam proibir o tambor de crioula, mas os negros continuavam batendo.” (Sr. Francisco da Conceição, 51 anos em 2016)

O tambor de crioula é realizado com um *bloco de tambor* chamado *pareia*, formado por três tambores (três pareias). São feitos de madeira – geralmente dos paus de capitão-do-campo, criolí ou macaúba – e revestidos com couro de boi ou veado. Precisam ser afinados a fogo aproximadamente de hora em hora, “para poder dar novos sons”, conforme explicam tocadores quilombolas. É mais frequente brincarem tambor de crioula no verão e nessas ocasiões reúnem-se quilombolas de diferentes comunidades. Enquanto alguns homens tocam os tambores, outros homens, crianças e idosos cantam e as mulheres dançam, usando saias rodadas, compridas e coloridas. Atualmente, no tambor de crioula de Santa Maria dos Pretos, pode acontecer de alguma mulher tocar o tambor, não existindo mais a exclusividade dos homens nessa função. Um momento da brincadeira é quando servem cachaça e carne de porco para todos. Aí a festa vai entra pela madrugada, podendo ir até o amanhecer, terminando às 8h da manhã.

Geralmente, o tambor de crioula é tocado para se pagar promessa e homenagear o principal santo do quilombo, São Benedito, considerado o *maestro* e padroeiro: “A tradição do tambor de crioula é especificamente do povo negro, porque até seu padroeiro é negro”, afirma o senhor Diomar.

O tambor de crioula nunca deixou de ser brincado na região, mas já passou por períodos menos fortes, como nas gerações anteriores à de Diomar, 51 anos. Nos dias de hoje a situação é diferente. As crianças muito cedo já se interessam e são incentivadas a aprender a tocar e a brincar: “A tradição tem sido recuperada, a consciência de que essa é a nossa identidade, a cultura. [...] Hoje tem garotos de 6, 8 e 10 anos cantando e tocando o tambor”, diz Diomar.

Outra brincadeira que também têm lugar no quilombo é o coco, outra herança dos antepassados. Homens e mulheres brincam aos pares ao som de tambores e cantigas: “Meus pais já dançavam o

coco, as novas gerações sabem tocar bem os tambores”, garante o quilombola Sr. Elisário da Silva.

Outra expressão importante é o bumba meu boi, que segue o calendário junino. Os ensaios para a festividade acontecem a partir do Sábado de Aleluia, as brincadeiras acontecem em junho e o encerramento, chamado de A Morte do Boi, acontece em julho ou agosto. Cada povoado de Santa Maria dos Pretos tem a sua brincadeira do boi que podem acontecer em outras comunidades quilombolas ou mesmo fora da cidade.

Uma expressão relativamente recente, considerando a idade do quilombo, na região é o *reggae*. Esse estilo de música e dança é fortemente difundido em São Luís do Maranhão, e nas comunidades, sobretudo entre os mais jovens, passou a ser curtido e divulgado desde meados da década de 1990.

Uma festa de *reggae* necessita de equipamento eletrônico especial. Por isso costumam ser contratadas pessoas de fora do quilombo (de São Luís, Santa Rita, Presidente Vargas, Vargem Grande, e Itapecuru-Mirim), que possuem a aparelhagem e o domínio de um repertório de músicas mais apreciadas, a cada momento. Em dias de *reggae*, é comum a presença de pessoas de outros quilombos e povoados, confraternizando com os moradores de Santa Maria dos Pretos. As festas de *reggae* podem fazer parte dos festejos tradicionais e ainda acontecer independente deles. É necessário respeitar o horário da licença obtida na prefeitura que não pode ultrapassar 3h da madrugada.

Cultivos para consumo e para comercialização

Nos cinco núcleos populacionais de Santa Maria dos Pretos (Piqui, Santa Maria dos Pretos, Santa Joana, Morros e Mandioca) distribuídos em 5.584,1620 ha, vivem atualmente cerca de 220 famílias. É muito comum a presença de várias famílias nucleares vivendo em uma mesma moradia.

No início dos anos 2000 algumas pessoas deixaram suas casas no quilombo e foram viver na sede do município. “Saíram por absoluta necessidade, por causa da falta de escolas para os filhos” conta o Sr. João da Mandioca. Mesmo assim o trabalho nas roças dentro do quilombo permanecia, pois é pelo trabalho, convívio e ancestralidade que se reconhecem como fazendo parte da comunidade. A instalação de escolas dentro dos territórios de Santa Maria dos Pretos permitiu que as famílias que estavam fora vendessem suas casas na cidade e voltassem a viver exclusivamente dentro do quilombo. A maioria das atividades produtivas realizadas no quilombo é voltada para o consumo das próprias famílias. A forma de uso das áreas de plantio se dá através de um sistema de troca de dias, o rodízio, em que cada unidade familiar pode contar com a ajuda de todos os outros trabalhadores, até que o trabalho seja concluído. Isso permite acelerar as atividades necessárias para fazer os roçados, assegurando o cumprimento do calendário agrícola.

Os produtos que comumente são cultivados são: arroz, feijão, milho, macaxeira, mandioca, abóbora, melão, melancia, pepino, batata-doce e banana, que garantem a subsistência das famílias. O plantio da mandioca, que é usada



Casa de Farinha e forno da casa de farinha.
Foto: João Correia dos Santos, arquivo pessoal.

na produção da farinha, serve tanto para o consumo como para a comercialização. “Ainda que o preço não esteja muito bom, mas é o que nós temos para vender, né?”, diz o senhor João Correia dos Santos, mais conhecido como João da Mandioca.

Nos quintais é bastante comum a presença de árvores frutíferas, como manga, tangerina, laranja, limão, mamão, além de outros plantios menores, como abacaxi, melão, melancia, maxixe e tomate. Criam animais de pequeno porte, como frango, pato, galinha-d’angola, porco e peru. A criação de animais, assim como o plantio nos quintais, é apenas para o consumo da família.

As coletas de coco-babaçu e pequi nas matas do quilombo servem de complemento à renda das famílias, pois a maior parte do coletado é comercializada. São as mulheres as principais responsáveis por coletar e quebrar os **COCOS**. Nas matas, também é possível caçar, embora esta não seja uma atividade frequente na atualidade. Quando acontecia, a caça de bichos como o porco espinho, servia para complementar a alimentação e podia ser dividida entre amigos, dependendo do tamanho do animal abatido.



Quintal com árvores frutíferas.

Foto: João Correia dos Santos, arquivo pessoal.

O Rio Itapecuru, com mais de 1 mil quilômetros de extensão, atravessa o território de Santa Maria dos Pretos e faz seu limite na parte oeste da região. Essa abundância de áreas com água estimula a pesca, que é feita coletivamente. No quilombo existem também nove igarapés – Ipiranga, Pendura a Saia, De Pedra, Melado, De Lama, Zé Domingos, Da Poça, Piaba e Entroncamento –, além de alguns riachos temporários. Geralmente os moradores usam para pescar o anzol, a rede, a tarrafa ou puçá. A pesca também é apenas para o consumo familiar.

Outra atividade produtiva no quilombo é o artesanato a partir das fibras de uma planta chamada guarimã, que é típica e abundante nos brejos da região. Dessas fibras são feitos tipitis, peneiras, balaies e cestos usados pela comunidade principalmente na produção da farinha. Atualmente o quilombo possui três casas de farinha distribuídas entre os povoados de Piqui, Santa Maria dos Pretos e Santa Joana, o que não é ainda o ideal porque os outros povoados são distantes destes, bem como distantes entre si. Os demais povoados, Morros e Mandioca, estão empenhados para que cada um tenha seu próprio forno para facilitar o processo de fabricação da farinha.

Tensão e medo face às ameaças

Várias foram as tentativas de apropriação das terras de Santa Maria dos Pretos por pessoas de fora do quilombo.

Uma das primeiras tentativas foi na década de 1930, quando o invasor apresentou documentação que dizia ser ele o dono das terras, e a partir daí muitas áreas foram revendidas, sucessivamente. “Essa questão é velha e eu ouvi desde pequeno, que eu era menino, que essa questão rolava”, afirma o senhor Veríssimo Conceição, nascido em 1916. “Essa história esticaram para negociar com os que têm as coisas, um chega e compra um pedaço, vende para o outro, toma conta, vende para o outro e assim vai passando de mão em mão, mas os donos são os pretos.”

Algum tempo depois, já na década de 1960, aconteceram outras tentativas de apropriação de parte do território de Santa Maria dos Pretos. Dessa vez, com a cobrança de foro ou renda pelo acesso dos quilombolas à terra. O pretense dono chegou com documentos alegando ser o proprietário de uma área de domínio do quilombola senhor Pracílio. Os moradores se recusaram a pagar pelo uso das próprias terras e o intruso mandou invadir a área, destruindo plantações. Esse caso foi levado à Justiça e a causa foi ganha pelos quilombolas. O invasor foi obrigado a pagar indenização ao senhor Pracílio.

Outro episódio se deu nos anos 1990, desta vez no povoado de Piqui. Uma área foi invadida e uma roçada a mando de um fazendeiro. Foi feita denúncia e acionaram um advogado para defender os moradores. No entanto, a causa foi abandonada no meio do processo: o advogado teria sido subornado para deixar os moradores sem acompanhamento. Este fato ajudou o invasor naquela tentativa de apropriação das terras.

A situação se agravou ao ponto de, segundo os moradores, serem disparados muitos tiros por dia na área. Esse foi um momento em que eles tiveram muito medo. O senhor João da Mandioca lembra que os moradores da área, ao saírem para suas roças, costumavam



Moradia do quilombo Santa Maria dos Pretos.

Foto: João Correia dos Santos, arquivo pessoal.

dizer: “Eu estou saindo vivo, não sei se volto...”. Os tiroteios periódicos duraram cerca de um ano, mesmo tempo de duração do processo na Justiça.

Foi a partir dessa situação que, em outubro de 1997, os quilombolas se organizaram e alguns viajaram para São Luís para contratar um novo advogado. Na ocasião, entraram em contato com a Sociedade de Direitos Humanos, que visitou a área e, no fim daquele mês, assumiu o processo. Encorajados, os moradores cortaram os mourões que cercavam a área invadida. O intruso reclamou prejuízo das cercas e os quilombolas fizeram um levantamento da destruição de árvores frutíferas e palmeiras cortadas quando da invasão. Ficou constatado maior prejuízo da comunidade, e, deste modo, o invasor não foi indenizado.

A comunidade nos dias atuais

Uma grande dificuldade enfrentada pelos moradores de Santa Maria dos Pretos é com relação às estradas que dão acesso ao quilombo. São mal conservadas, com trechos difíceis de serem atravessados especialmente no período chuvoso, quando o caminho é todo encoberto por lama e precisa ser percorrido com cuidado redobrado. Outros trechos simplesmente desaparecem no inverno, por conta das cheias dos igarapés, quando a travessia só é possível mediante o uso de canoas. A precariedade é tanta que em meados de 2011 uma ponte que atravessa um igarapé caiu, e até o início de 2016 permanecia sem conserto. Apesar das inúmeras solicitações à prefeitura, nenhuma medida foi tomada. No período da seca, é possível atravessar o igarapé caminhando, apesar de sua profundidade, mas quando chove, é preciso escapar desse caminho e fazer um desvio que estende muito o percurso.

São várias as dificuldades que precisam ainda de atenção no quilombo, como o acesso a saúde. Ainda não há um posto para atendimento aos moradores e as visitas de uma agente de saúde são irregulares. Raramente um médico comparece ao quilombo.

Nos dias de hoje não existem mais escolas multisseriadas como havia antes. Os moradores fizeram um projeto, apresentando-o aos governos estadual e federal, solicitando a construção de uma grande escola no povoado de Santa Joana, o mais central para todos do quilombo. A instituição de ensino foi estabelecida e recebeu o nome “Unidade Olegário Bispo da Silva”, em homenagem a um líder quilombola, já falecido. Agora as comunidades contam com uma escola que oferece desde a educação infantil até o ensino médio. Para 2016 se espera que tenham início classes de alfabetização de adultos.

Cada núcleo populacional do Quilombo Santa Maria dos Pretos tem uma associação de moradores e seus presidentes atuais são: Antônio de Jesus Mendes, no Piqui; João Batista Pereira, em Santa Joana; Patrício Silva, em Morros; Andreilino dos Anjos, em Santa Maria dos Pretos, e João Correia dos Santos, em Mandioca. Todas as associações participam de uma organização denominada União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim (Uniquita) formalizada para fortalecer as reivindicações pela titulação definitiva das terras quilombolas em todo o município.

Com apenas 607 hectares titulados dos 5.584,1620 hectares de seu território, a comunidade segue em luta pela conclusão do processo de regularização de suas terras. Essa situação preocupa bastante os quilombolas, que anseiam por ter o título das terras nas mãos. E vivem uma situação de insegurança quanto à resolução definitiva do problema.

Esta narrativa foi composta por Ana Cristina Pinheiro da Silva, com supervisão de Maria da Consolação Lucinda, a partir do Laudo Antropológico do Quilombo de Santa Maria dos Pretos e Piqui (Itapecuru-Mirim/MA) elaborado por Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, em 2004. As fotos para esta narrativa também fazem parte do acervo pessoal do Sr. João Correia dos Santos (João da Mandioca).

Uma palavra da comunidade

Santa Maria dos Pretos

A nossa cultura é muito bonita, muito elegante. Tudo que nós temos aqui dentro do nosso quilombo é motivo de muita alegria e muito orgulho. Nós temos orgulho da nossa cultura, das nossas raízes negras. Nossa história tem muitas lutas e muitos companheiros envolvidos. Pessoas que sempre acreditaram na vitória do nosso povo e tanto fizeram para chegarmos a essa conquista tão grande que é a titulação definitiva de nossas terras. Agora queremos o título aqui. Esse dia vai ser o dia mais importante da nossa história. Vai ser a festa mais gostosa que a gente vai ter depois de tantos anos pra conseguir esse título. As nossas maiores expectativas estão nesse dia. Finalmente poder dizer que as terras de Santa Maria dos Pretos e Piqui, Santa Joana, Mandioca e Morros são nossas e que ninguém vai poder mexer com a gente mais. Neste momento, é isto que nós queremos de verdade, de todo o coração: o recebimento do título.

Nossas terras já estão tituladas. Já conseguimos os nossos 5.584,1620ha e o reconhecimento da nossa comunidade como remanescente de quilombo. O Incra promete que até o fim de 2015 estaremos com o título definitivo em mãos. Já era para esse título estar aqui. E é isso que nos falta! O título em nossas mãos!

Quero lembrar aqui aqueles companheiros que tanto fizeram para que a nossa luta fosse vitoriosa, pessoas que lutaram junto comigo desde o início, como Patrício Sousa, que está presente para ver a conquista do título. Quero lembrar também aqueles que não puderam estar aqui para ver este momento, mas sem os quais tudo teria sido mais difícil, como Olegário Conceição Bispo da Silva e João Aristídio. Deles recebemos todo o apoio e segurança para levar a luta até o fim, para fazer acontecer.

Texto produzido pela narradora, com base em depoimento concedido pelo Senhor João Correia dos Santos (João da Mandioca), diretor agrário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru-Mirim e presidente da Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais do Povoado Mandioca.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qp Silva, Ana Cristina Pinheiro da
Quilombo Piqui e Santa Maria dos Pretos / Ana Cristina Pinheiro da Silva .
- Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do
Quilombo Santa Maria dos Pretos/Itapecuru-Mirim — MA de Carlos Alexandre
Barboza Plínio dos Santos.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Santos, Carlos Alexandre Barboza Plínio
dos. Laudo antropológico de identificação e delimitação do Quilombo Santa
Maria dos Pretos/Itapecuru-Mirim — MA I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

